

TRAJETÓRIAS E (DES) OCUPAÇÃO: MIGRAÇÕES, CONFLITOS E EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA NO SUL DO AMAZONAS

Mariana Vieira Galuch

Universidade Federal do Amazonas

Auriedia Marques da Costa

Universidade Federal do Amazonas

submissão: 05.05.2022 aprovação: 20.10.2022

RESUMO

Este artigo tem como objetivo central analisar e descrever os impactos das políticas estatais no Sul do Amazonas. No primeiro momento, nosso intuito é compreender as frentes migratórias direcionadas para os municípios de Lábrea e Apuí e, posteriormente, como essas localidades vêm se tornando áreas de expansão da fronteira agropecuária. O Estado nacional foi responsável pelo estímulo para o processo migratório, o que gerou os conflitos agrários provocados por essa ação, uma vez que o território vem sendo modificado pelo aumento no número de áreas agropecuárias. Essa pesquisa foi possível por meio de pesquisa etnográfica na região de Riozinho, ao Sul do município de Lábrea e no Projeto de Assentamento Rio Juma, no município de Apuí. No entanto, essas regiões vêm se tornando espaço para a expansão da fronteira agropecuária, implicando em novas dinâmicas territoriais, seja por parte das entidades sindicais patronais e pelo estado do Amazonas, a partir de políticas desenvolvimentistas, como a demarcação da Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira. Esse não é um assunto novo sobre a Amazônia Legal, mas se tratando do estado do Amazonas interessa compreender como os mecanismos estatais vêm acelerando a expansão da fronteira agropecuária.

Palavras-chave: Migração, conflitos, Sul do Amazonas.

ABSTRACT

MIGRATION, CONFLICT AND EXPANSION OF AGRICULTURAL FRONTIER IN THE SOUTH AMAZONAS

The major objective of this research is to analyze and describe the impacts of state politics in the South Amazonas. First, we intent to understand the migratory fronts on the Lábrea and Apuí counties and how these localities have been turned important agricultural frontiers areas. The National Government was responsible for the stimulus of migratory process that created agrarians' conflicts since that the territory has been transformed by the increasing in the agricultural areas. This study was realized from ethnographic research applied in the Riozinho region, at south of Lábrea county, and in the Projeto de Assentamento Rio Juma, Apuí county. However, these regions have been priority for agriculture expansion creating new dynamic territorials, either by employers' unions or by the Amazonas State from developmental policies, for example the demarcation of Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira. This issue is not completely novel in the Amazonia, but specifically for the Amazonas, is urgent understand the statal mechanisms that have accelerated the expansion of agricultural at the South region of this State.

Keywords: Migration, conflicts, Southern Amazon.

RESUMEN

MIGRACIÓN, CONFLICTO Y EXPANSIÓN DE LA FRONTERA AGRÍCOLA EM EL SUR DE AMAZONAS

El objetivo principal de esta investigación es analizar y describir los impactos de las políticas estatales en el sur de Amazonas. En primer lugar, pretendemos comprender los frentes migratorios en los municipios de Lábrea y Apuí y cómo estas localidades se han convertido en importantes áreas de frontera agrícola. El Gobierno Nacional fue el responsable del estímulo del proceso migratorio que generó conflictos agrarios ya que el territorio se ha visto transformado por el aumento de las áreas agrícolas. Este estudio se realizó a partir de una investigación etnográfica aplicada en la región de Riozinho, al sur del municipio de Lábrea, y en el Projeto de Assentamento Rio Juma, municipio de Apuí. Sin embargo, estas regiones han sido prioritarias para la expansión de la agricultura creando nuevos territorios dinámicos, ya sea por los sindicatos de empleadores o por el Estado de Amazonas a partir de políticas de desarrollo, por ejemplo, la demarcación de la Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira. Este tema no es del todo novedoso en la Amazonía, pero específicamente para Amazonas, es urgente entender los mecanismos estatales que han acelerado la expansión agrícola en la región Sur de este Estado.

Palabras clave: Migración, conflictos, Amazonia Sur.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo central analisar e descrever os impactos das políticas estatais no Sul do Amazonas. No primeiro momento, nosso intuito é compreender as frentes migratórias direcionadas para os municípios de Lábrea e Apuí e, posteriormente, como essas localidades vêm se tornando áreas de expansão da fronteira agropecuária. A região investigada apresenta dados de conflitos no campo e índices de desmatamento acelerado, uma vez que o Estado vem priorizando a região por meio de políticas de desenvolvimento regional, como a demarcação da Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira, inspirada na região do Matopiba.

Os processos histórico-sociais nas duas localidades investigadas são distintos. O período do Ciclo da Borracha motivou a migração de famílias nordestinas nas colocações de Lábrea, na primeira metade do século XX. Nesse caso específico, o recorte espacial é a região do Riozinho, localizada no Sul de Lábrea. Os projetos de colonização demarcados pelos governos militares no Vale do Madeira atraíram famílias, principalmente, vindas do Sul do país e Nordeste. Neste caso, nosso interesse é o Projeto de Assentamento Rio Juma, em Apuí. No entanto, a configuração atual das duas localidades revela a existência de concentração de grandes propriedades agropecuárias, o que implicou em conflitos, novas dinâmicas territoriais e o aumento da destruição ambiental (Pereira 2017).

Os conflitos agrários no estado do Amazonas são mais elevados em áreas de expansão da

fronteira agropecuária, constituindo uma situação na qual a pressão e ameaça se direcionam isoladamente às famílias de trabalhadores rurais e extrativistas sem amparo organizacional ou institucional. Dados relativos à região Sul amazonense revelam que na última década foram dez pessoas assassinadas num total de 17 em todo o estado. Lábrea é a cidade com o maior número de assassinatos, com quatro pessoas vitimadas (CPT 2021). Esses dados preocupam diante do desmatamento acelerado na Amazônia, principalmente nos últimos quatro anos. Lábrea e Apuí protagonizaram cenas de queimadas na floresta amazônica, colocando o Amazonas em rankings de desmatamento até então não atingidos (Menezes 2022). Os impactos trazem reverses aos povos da Amazônia e aos recursos da floresta, como as águas, a fauna e a flora.

Para fundamentar nossa compreensão, os procedimentos teórico-metodológicos deste texto estão ancorados nos mecanismos disciplinares do Estado, demarcações, infraestruturas e políticas públicas que compõem as estratégias e que estimularam dinâmicas territoriais e migratórias. Alinhamos nossas percepções a partir de autores como Bourdieu (2010, 2014) e Foucault (2008), que argumentam sobre o papel do Estado no controle das pessoas a partir do controle dos territórios. Para os casos específicos em análise, esse entendimento nos ajuda a compreender como as atividades econômicas pautadas para a Amazônia estimularam as frentes migratórias e as novas dinâmicas territoriais (Loureiro & Pinto 2005; Ianni 1979, Martins 1975, Velho 1972).

Acessar e descrever os impactos desse processo foi possível por meio de práticas etnográficas que impõem um sistema complexo de relações no campo, articulado pelas tensões, ambiguidades e indeterminações próprias do sistema de relações do qual fazemos parte (Clifford 1998, Peirano 1995). Os dados que compuseram a análise deste texto foram coletados em situações concretas mediante entrevistas, observações, conversas informais e documentos. Para descrever racionalmente esses episódios, contamos com as narrativas e trajetórias dos nossos interlocutores e interlocutoras que residiam nas localidades pesquisadas, como no Projeto de Assentamento Rio Juma, em Apuí, e na região do Riozinho, Sul do município de Lábrea, área fronteira com Acre e Rondônia. O sr. Souza e a sra. Sara, em Lábrea; e os senhores Leonardo, Luiz, Tadeu, Pedro e José, em Apuí, acionaram em suas memórias as trajetórias que validaram a forma como as relações na Amazônia foram pautadas pelas políticas estatais e os casos de conflitos. São agricultores e extrativistas que encontraram nas conversas oportunidades de relatar as situações conflituosas atravessadas, tendo suas identidades preservadas. São militantes da questão agrária e representavam suas comunidades nas lutas cotidianas. A coleta de dados em campo teve como recorte temporal os anos de 2014 a 2017.

Diante desse aspecto, a migração e as trajetórias são elementos que estão afastados direta-

mente do campo (e no tempo), relacionando-se à crítica de Augé (1992 apud Kofes 2001), refletida a partir de Kofes (2001:19): “Nesta pesquisa antropológica, com observação direta do campo e com documentos escritos, falo de interconexão de temporalidades em um ‘agora’ e, também, com a interconexão de lugares em um ‘aqui’”. A pessoa que migra também carrega sua capacidade de circular, de construir e de se apropriar de espaços, reproduzindo, dessa maneira, territórios e identidades sociais. Essa condição é apresentada por Menezes (2012) em consonância aos estudos da pesquisadora mexicana Sara Flores, que se interessa em garantir “de La organización de colectivos que no solo se trasladan de un lugar (origen) a otro (destino), sino que son capaces de circular, de recorrer espacios y de apropiarse de ellos “produciendo territorios¹” (Flores 2010: 7). Para esta pesquisa, a trajetória é a descrição do migrante a partir do seu olhar inserido nas situações concretas, sobrepondo-se às dinâmicas no espaço e no tempo. É possível compreender uma trajetória a partir da prévia construção dos campos em que ela se desenrola, articulando-a ao conjunto de relações objetivas de outros agentes envolvidos no mesmo campo, dialogando com os mesmos espaços possíveis (Bourdieu 1996).

Esses movimentos trouxeram dinâmicas territoriais para a região. Diante deste cenário, buscamos tecer reflexões sobre os projetos estatais para o Sul do Amazonas, considerando a formação da Zona de Desenvolvimento Sustentável

¹ A organização de grupos que não só se movem de um lugar (origem) para outro (destino), mas são capazes de circular, explorar espaços e apropriar-se deles “produzindo territórios”.

Abunã-Madeira. O seu planejamento foi iniciado em 2019 e o lançamento oficial em 2021. É uma área considerada de expansão da fronteira agropecuária, idealizada pelos agentes do agronegócio que pautam em suas demandas tratativas de regularização fundiária. Sendo assim, a proposta desta pesquisa segue um roteiro: entender as dinâmicas territoriais no Sul do Amazonas que foram alteradas pelos projetos desenvolvimentistas e como essas mesmas áreas se transformaram em áreas agropecuárias, implicando em conflitos. Tal reprodução se faz presente em várias áreas da Amazônia Legal, mas como vem se desenrolando no estado do Amazonas?

Para tanto, esse artigo está organizado em três seções, além das considerações finais. A primeira, “A região do Riozinho e o Sul de Lábrea: do ciclo da borracha às áreas de conflitos”, demonstra os processos sociohistóricos da chegada de migrantes nordestinos e descreve as trajetórias tramadas com as situações de conflitos. A segunda seção, “Apuí/AM: trajetórias de ocupação à descaracterização do projeto de assentamento”, retrata o contexto do município de Apuí, a chegada de paranaenses e nordestinos, a demarcação de fazendas no interior do Assentamento Rio Juma e, por conseguinte, a sua descaracterização. A terceira seção, “A expansão da fronteira agropecuária em curso no Sul do Amazonas: alguns apontamentos”, analisa os novos projetos desenvolvimentistas para a Amazônia Legal, como a Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira, fomentada por pecuaristas e apoiada pelos governos do Amazonas e federal. Nosso in-

teresse é lançar olhares aos processos em curso no Sul do Amazonas.

2. A REGIÃO DO RIOZINHO E O SUL DE LÁBREA: DO CICLO DA BORRACHA ÀS ÁREAS DE CONFLITOS

O município de Lábrea expressa tensões que desafiam as diversas construções dos problemas de pesquisa a serem investigados. As curvas sinuosas do rio Purus e a chamada “Cidade do Sol” são atravessadas por terras indígenas, reservas extrativistas, reserva de desenvolvimento sustentável, projetos de assentamento e fazendas que provocam a organização coletiva por meio de movimentos sociais, movimentos ambientais e organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (Costa 2017).

Apesar desse cenário, nosso interesse de investigação é o Sul de Lábrea, mais especificamente, a região do Riozinho, situada entre o rio Iquiri, afluente do Purus, e a BR-364, sentido Porto Velho/Rio Branco, onde a expansão da fronteira agropecuária é mais acentuada. Vale destacar que a região é fronteira geográfica entre Amazonas, Acre e Rondônia, próxima à Ponta do Abunã. As áreas tangenciais envolvem colocações, projeto de assentamento de reforma agrária e áreas em processo de regularização fundiária. Trata-se de uma região abundante em recursos florestais, madeiras nobres, castanhais, seringais que comporta a trajetória de extrativistas que descendem de um processo histórico de ocupação recente

de mais de 50 anos. Por outro lado, a área pesquisada encontra-se num eixo entrecortado de fazendas com registros adquiridos ilegalmente, superposição de títulos, áreas com pedido de cancelamento de matrícula por não pertencerem ao território amazonense e com títulos definitivos outorgados pelo Estado.

A história da região aponta para dois processos distintos de organização territorial que incidiram diretamente em sua configuração social. O primeiro compreende a exploração e a expansão dos seringais, cujo produto, a borracha, transforma-se em recurso direcionado para exportação. O segundo está atrelado à abertura e expansão da fronteira agropecuária aliada à exploração da madeira que, de forma violenta, transformou as “Colocações” de seringa em “Fazendas”. Apesar, os agentes sociais foram forçados a acomodar (amoldar-se) à vida na dinâmica dessa “nova” estruturação do espaço geográfico e social ou tentar reconstruí-la, compulsoriamente, em outro ambiente.

Destacamos como um dos períodos transformadores da região, o “ciclo da borracha” e a “batalha da borracha”, recortes históricos relacionados, respectivamente, aos movimentos de auge (1894 a 1906) e da Grande Crise (1907 a 1910) (Loureiro 2008). Posteriormente, de 1942 a 1944, a demanda da II Guerra Mundial exigia da região mais matéria-prima para abastecer as regiões em combate, recrutando mão de obra para a exploração dos seringais. Com o término da guerra (1945), subsequentemente a borracha entrou em declínio na região, apesar de esforços contínuos

para restabelecer o dinamismo dessa atividade ao longo da história.

Para adentrar e conhecer parte desta história, a experiência e conhecimento de um morador da região, seu Souza, foi fundamental. Ele chegou à localidade em 1962 vindo do Nordeste e relatou que os seringais apresentavam uma configuração espacial de distribuição entre empresas de exploração e comercialização da borracha, como a Empresa M. de Pereira Sobrinho.

Para Souza, a “guerra de 43” é o marco para compreender a história deste espaço. Segundo seus relatos, “pegaram um monte de pessoal para vir pro Amazonas, pro seringal, que era a guerra da borracha, aí saiu aquele monte que foi pra guerra sangrenta pra Alemanha e muitos que veio pro Amazonas”. Seu pai se deslocou um pouco antes, em 1943, como “rapazinho novo” e já conhecia a empresa Pereira Sobrinho; porém, outros familiares, como seu tio residente no Maranhão, “vieram tudinho no embalo dos nordestinos”. Quando chegaram em Manaus, seu pai juntou-se ao grupo para o trabalho na borracha. Em sua narrativa, seu pai, parentes e outros seringueiros chegaram no rio denominado Maria, e:

“na boca desse Maria havia uma colocação. Meu pai ficou nessa colocação e o irmão dele foi mais nesse pra dentro. O cunhado dele mais aqui pra dentro e os outros, os nordestinos, arigozadas, que chamavam arigós, foi enchendo o resto do seringal aí pra dentro. Na viagem que o meu tio veio, vieram mais de 200 arigós, todos pra essa região. Um bocado ficou pro seringal grande que tem pra cá, um tal de granada que hoje em dia é aquele assentamento granada que tem ali, na BR; o assentamento granada era um seringal também; seringal São

João do Balanceio; e quase de frente na entrada de Acrelândia era outro seringal; tinha outro seringal grande, Novo Encanto, perto do Iquiri, onde hoje é a fazenda Palotina, tudo era seringal. Aí vieram tudinho, esses 200 e tantos arigós, já tinha seringueiro, mas muitos haviam largado as colocações, aí foi enchendo...Ah, o patrão, esse Camilo Morato, dizia: eu preciso, eu quero tantos arigós, ainda cabe 20, o outro lá dizia, só cabe 15, o outro lá, não, o meu pega 50 e assim ia colocando os arigós tudinho. Tudo era cheio de seringueiro, tudo era cheio de colocação”.

A memória do nosso interlocutor vai tramando a relação entre os antigos seringais e a configuração territorial entrelaçadas com as “fazendas” existentes na região. A dinâmica sugere a pressão a que as pessoas foram submetidas, forçadas a saírem de suas colocações ou até mesmo impostas a diferentes forças de trabalho.

A empresa Pereira Sobrinho tinha como proprietário Manoel Pereira Sobrinho e os diversos seringais da localidade foram sendo fracionados e distribuídos entre parentes e aqui destacamos um deles: segundo Souza, o patrão Camilo Morato, supracitado, era pernambucano, tio da esposa de Manoel e responsável pelo seringal São Domingos. Com a morte de Camilo Morato, seu filho Lídio Morato assumiu o seringal, enquanto outro filho, Ruy Morato, dedicou-se aos estudos.

Em pesquisas documentais identificamos o nome de Ruy Morato em uma sessão do Tribunal Pleno da Justiça do Amazonas², em que os desembargadores lhe prestaram homenagem ao completar 70 anos, quando seguia para a aposentadoria compulsória. A sessão relatava sobre o

seu nascimento no seringal São Domingos e que o desembargador Ruy Morato era formado em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Como juiz de primeira instância, passou pelas comarcas de São Gabriel da Cachoeira, Canutama, Urucará e por Lábrea. Foi eleito para o cargo maior da magistratura no Amazonas por unanimidade pelo colegiado do Tribunal Pleno. O nome de Ruy Morato consta no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar a ocupação de terras públicas na região amazônica, principalmente por favorecer sentenças relacionadas ao alargamento de áreas de forma irregular. Uma acusação revela:

Quanto ao juiz Ruy Morato pesam acusações de regularização e venda de posses sobre o seringal São José do Iquiri, ou São José II ou São Domingos sendo que constam informações da viagem do juiz ao Paraná para receber parcela de venda do imóvel. (Carvalho 2001: 215).

Com a morte de Manoel Sobrinho, que possuía os meios de produção para a sustentação dos seringais, a região começou a passar por nova dinâmica, na década de 1960. Segundo Souza, “depois que o velho morreu”, cada qual foi “dirigindo, foi modificando”. Com o surgimento da BR nos anos de 1968 a 1969, todos passaram a negociar nesse espaço, “arranjando” novos patrões. Depois de um período, a empresa de Manoel Pereira Sobrinho foi por “água abaixo”. O processo de exploração dos seringais para a produção da borracha era o mesmo descrito na literatura a respeito dos barracões e ex-

² <http://tj-am.jusbrasil.com.br/noticias/123135/a-ultima-sessao-de-ruy-morato>.

ploração do trabalho por servidão (Lima 2014, Chaves 2011, Teixeira 2009).

Diante dos relatos, o seringal São Domingos merece destaque. Seu registro foi efetuado na Comarca de Lábrea a partir de um título de imóvel denominado Boliviano, apresentando, inicialmente, mais de 100.000 ha. Os levantamentos realizados pela Polícia Federal e pelo Incra constataram que as coordenadas geográficas do referido título se encontravam em território boliviano, cujo resultado levou ao pedido de cancelamento da matrícula. Contudo, os seringueiros que teriam suas colocações encravadas neste título, continuam vivendo na insegurança sem as devidas regularizações de suas colocações, uma vez que o Incra não realizou vistoria, arrecadação e destinação do referido imóvel. Esse cenário culmina no relato do nosso interlocutor:

“o fazendeiro vem imprensando, vem mettendo divisa e aí, hoje nós estamos sem a seringa e praticamente sem a castanha. Porque já passaram o pique e tomaram tudo dizendo ser a terra de sua propriedade. Em seu terreno, faz na base de um ano, um ano e pouco, ‘meteram o pique e deixaram só aquela beirinha pra mim, que é a beira do rio que é só a várzea, eu não tenho nem como trabalhar”.

Com o fracasso dos seringais, novas políticas foram acionadas na região. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, a Sudam, surgiu como principal órgão do governo para dinamização da economia no Amazonas, viabilizando os empreendimentos dos setores agrícolas, pecuários, industriais e de

mineração (Ianni 1979). Com investimentos da Superintendência, um número cada vez maior de empresas passou a consolidar projetos agropecuários na Amazônia apoiados pelo Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), a partir de 1974. Do total de 947 projetos, no ano de 1985, 581 foram voltados para a agropecuária (Oliveira 1988). Com isso, os seringueiros passaram a enfrentar outro tipo de problema: a destruição de uma forma de viver com consequências trágicas, vindo a transformar seu habitat em lugar de disputas, apropriação indevida e violência, como afirma Martins (1975):

Amazônia tornara-se o território do avanço do capital, a terra franqueada ao arbítrio e à violência do dinheiro... os pobres da terra, indígenas, posseiros, seringueiros privados de direitos, ficando à mercê do poder pessoal do patrão, que ditava e executava a lei e governava por meio de jagunços e pistoleiros (Martins 1975:9).

Houve o rompimento entre os produtores e a propriedade dos meios de produção, em favor de latifúndios e empresas protegidas econômica e politicamente pelo Estado. Segundo o senhor Souza, quando madeireiros, pecuaristas e fazendeiros começaram a chegar, os conflitos começaram a se intensificar:

“Com o surgimento das serrarias, passaram a dividir as colocações: um pedaço pra um, compravam um pedaço de um, compravam um pedaço de outro, tirava seringueiro de um canto, cortava madeira daquela colocação, aí foi dividindo em pedaço. A chegada do madeireiro trouxe essa divisão”.

Dona Sara, nossa interlocutora, também sofreu vezes com a chegada das fazendas. Quando foi possível contactá-la e encontrá-la, logo trouxe uma máquina fotográfica com registros de sua labuta diária. Ela mesma filmava pequenos vídeos do trabalho que realizava na colocação e como se processava cada atividade. Dessa forma, comentava cada gravação onde aparecia andando na mata, quebrando castanha, cuidando da roça, galinhas, cavalos, fazendo farinha, atravessando a fazenda a cavalo para chegar à colocação, tecendo malha-deira ou fazendo sua refeição. O registro em fotos e filmes tem muito significado para quem vivencia situações de conflito. Possui o significado de veracidade do que ocorreu, uma forma de confirmar seus relatos, de possuir uma prova física do “que estou falando é verdade”.

Nascida no seringal São Domingos, que “hoje é as Três Barras, fazenda grande, muito gado”, começou a cortar seringa com oito anos e aos 11 anos passou a tomar conta de três estradas de seringa que já eram suas. Em conversa sobre a região, foi relembrando a vida do tempo de seringal: “vida sofrida de seringal...Já trabalhei muito, sofri muito, não tenho mais resistência”.

Para adentrar sua colocação, dona Sara precisava fazer o trajeto que inclui os meios de transporte, como motocicleta e cavalo, quando era período das chuvas. São aproximadamente 20 km até a colocação que precisava adentrar a fazenda Nova Fronteira, que ficava às margens da BR-364. Ao abordar as dificuldades de impedimento para chegar à colocação, uma vez

que precisava atravessar toda uma estrutura de porteira com guarita, inicialmente, informou que não havia problemas de impedimento. No entanto, no decorrer dos relatos, foi perceptível as dificuldades impostas pelo gerente da fazenda, porém, não estava disposta a fazer comentários sobre essa realidade: “eu não quero falar das fazendas, não quero tocar nesse assunto”.

De fato, a partir da década de 1980, o Sul de Lábrea configurou-se como uma região de seringais em transformação agropecuária. A dinâmica imposta era o cercamento, sem permissão ou regularização fundiária. As ameaças intensificaram-se contra os extrativistas, para que abandonassem as colocações, segundo nossos interlocutores. O senhor Souza já enfrentou situações delicadas diante dos impasses:

“A gente não pode dizer nada que eles são mais fortes que a gente. Os fazendeiros são Nilo Lemos, da fazenda Rio Novo, e Aparecido Albergoni, da fazenda Três Barras. Todos os seringueiros que moravam lá foram atingidos. O Valentin foi um. Eles tiraram o pique também e a terra dele ficou só a beira do rio, aí ele desanimou também. Todos eles foram tirados assim, mete o pique, deixa só o lugar da casa do cara, do seringueiro, aí o seringueiro desanima e vai embora. Vai fazer o que naquele pedacinho de terra que não pode cortar seringa e quebrar a castanha dele? Desanima e vai embora. Eles vão expulsando devagarinho, eles vão fechando as passagens, os caminhos, não tem como o seringueiro ir entrando pra dentro pra trabalhar, aí ele vai, desanima e vai embora. Outros colocam pistoleiros.”

Esse relato reforça as práticas de expropriação frequentes na Amazônia brasileira, imbricadas pelas estratégias estatais, principal-

mente pela fragilização dos instrumentos de fiscalização e combate às violências. É frente a essa adversidade que as práticas dos agentes privados irrompem (Rolemberg & Lacerda 2022). Com isso, o Sul de Lábrea encontra-se inserido num cenário marcado por tensões, conflitos, ameaças e assassinatos de lideranças e trabalhadores rurais, ganhando forte repercussão na mídia nacional, internacional, exigindo manifestação do governo. Na última década, ali concentrou-se a maior incidência de expropriações violentas, assassinatos de lideranças e trabalhadores rurais devido ao impasse da regularização fundiária no estado do Amazonas.

Esse cenário se revela quando esses dados são nomeados. Em 2006, o dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Sul de Lábrea, Gedeão Rodrigues da Silva, foi assassinado com um tiro no peito. Em 2011, o agricultor Adelino Ramos, conhecido como Dinho, foi assassinado e já havia participado de reunião com a Ouvidoria Agrária Nacional em Manaus denunciando as ameaças recebidas, tendo sua vida ceifada após nove meses³. Dinho foi sobrevivente do Massacre de Corumbiara e fazia parte da liderança deste movimento camponês conhecido pelo conflito violento. Em 2012, dois meses após conceder entrevista sobre pistoleiros na região que saqueavam e agrediam lavradores, Dinhana Nink foi assassinada⁴. Em 2019, o agricultor Nemes Machado de Oliveira⁵ foi assassinado na área do seringal São

Domingos, sugerindo que os conflitos parecem ser intermitentes na área pesquisada.

Trata-se de um conjunto de conflitos travados entre posseiros, extrativistas, assentados de programas de reforma agrária por um lado e grileiros, fazendeiros e madeireiros, de outro, gerando expropriações crescentes e assassinatos de trabalhadores rurais. Dados fornecidos, por exemplo, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) revelam que a tendência é de um aumento de intensidade, uma vez que os projetos de desenvolvimento para a Amazônia em curso tendem a pressionar a região na busca por recursos. Para acentuar esse cenário, o enfraquecimento dos canais de ouvidorias agrárias tem deixado uma lacuna no que diz respeito ao combate da violência no campo, deixando um espaço propício para conflitos em regiões sem a presença efetiva do Estado. Na próxima seção, trataremos sobre a ocupação do Projeto de Assentamento Rio Juma, as frentes migratórias e a expansão da fronteira agropecuária.

3. APUÍ (AM): TRAJETÓRIAS DE OCUPAÇÃO À DESCARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO

Distante de Lábrea a 615 km via BR-230 sentido Leste, o município de Apuí também é marcado por situações de conflitos, porém de forma mais velada. As duas localidades são separadas pelas áreas de floresta que vêm sendo

³ Comissão Pastoral da Terra - Sobrevivente do massacre de Corumbiara é assassinado em Rondônia (cptnacional.org.br).

⁴ Trabalhadora próxima à líder escoltada é assassinada em Rondônia (reporterbrasil.org.br).

⁵ Quatro agricultores são mortos em novo conflito agrário na Amazônia - Amazônia Real (amazoniareal.com.br).

ceifadas pelo avanço da cultura de grãos, como a soja em Humaitá, como também a madeira e a pecuária, na localidade Santo Antônio do Matupi. Para compreender a outra extremidade desta investigação, essa parte tem como fio condutor a contextualização do Projeto de Assentamento Rio Juma, o PARJ.

O município de Apuí está diretamente relacionado com as políticas desenvolvimentistas para a Amazônia. Ao final do ano de 1966, o movimento “Operação Amazônia” tomou forma a bordo no navio “Rosa da Fonseca”, sendo realizado o 1º Encontro de Investidores da Amazônia (RIDA). A viagem de navio percorreu o rio Amazonas entre Manaus e Belém com o intuito estratégico de desenvolvimento econômico para a região (Loureiro 1992). Como explica Schmink e Wood (2012: 103), “o objetivo das novas políticas era tornar atrativo, aos empreendedores de outras partes do Brasil, o reinvestimento de partes de vencimentos de seus impostos de renda na Amazônia”. No entanto, as estratégias de atrair capital, os incentivos fiscais, o acesso a terra e recursos naturais entregues a corporações multinacionais foram as verdadeiras metas para tal empreendimento (Loureiro 1992, Oliveira 1988).

Contudo, foi por meio do Plano de Integração Nacional (PIN) que a abertura da BR-230 foi colocada em prática. Afinal, eram várias vertentes sendo instituídas para a efetivação da transformação da Amazônia, desde as condições facilitadas para a ocupação do território e o acesso às terras. Em termos gerais, o projeto inicial para a Transamazônica alcançaria a fronteira com o

Peru, tendo início no Nordeste do Brasil, percorrendo 4.960 quilômetros (Campuzano 1979). Essa penetração ocasionou o avanço da chamada frente de expansão. Segundo Velho (1972), a frente de expansão seria constituída por segmentos extremos da sociedade brasileira que adentraram áreas antes não exploradas racionalmente, ocupadas por sociedades indígenas. Nas situações em que essa frente de expansão conseguiu se estabilizar, ocorreu a absorção de contingentes populacionais, conseguindo com isso assegurar seu crescimento.

Em 1972, com a abertura da BR-230, foi formada a Vila Juma, localizada de forma central entre os rios Sucunduri e Aripuanã, no Amazonas. A localidade foi formada por trabalhadores da empresa Camargo Correia, responsável pela obra da rodovia, e por famílias que vinham demarcando terras que já possuíam conhecimento do processo de abertura de rodovias no Norte do país. A região era ocupada por povos indígenas como os Kawahiwa, os Apiaká, os Kayabi e os Munduruku (Menéndez 1998). No território próximo ao rio Juma, existiam também algumas comunidades, como Sucunduri, na margem do rio de mesmo nome, e a comunidade de Prainha, na beira do rio Aripuanã, ambas constituídas por moradores que trabalhavam com extrativismo. Mas o processo de ocupação da área foi impulsionado com a demarcação do Projeto de Assentamento Dirigido Rio Juma, no ano de 1982, em uma área de 689.000 ha, com 7.500 lotes, às margens da Transamazônica (Leal 2009).

A ocupação não aconteceu de forma espontânea. As Superintendências Regionais do Incra do Amazonas e do Paraná articularam o processo. Até hoje, no Incra do município de Apuí, encontra-se um documento que identifica as famílias que se deslocaram do Paraná, de cidades como Francisco Beltrão, Enéas Marques, Pranchita, Cascavel, São Miguel do Iguaçu e Medianeira, em direção ao PAD Rio Juma. Naquela situação, chefes de famílias, predominantemente homens, eram considerados parceiros que deveriam “possuir conhecimento agrícola dirigido para exploração específica e dispor de recursos financeiros e experiência na obtenção de crédito bancário” (Oliveira 1989 apud Leal 2009: 168), além de “demonstrar capacidade empresarial para gerência do lote na forma planejada” (Leal 2009:168).

Nessas fichas, em um documento de pesquisa valioso, foi possível identificar a saída do primeiro comboio com sete ônibus de Francisco Beltrão, em 22 de julho de 1983, transportando 49 famílias, no total, 269 pessoas. Os deslocamentos das famílias da região Sudoeste do Paraná para o projeto do Incra se estenderam até setembro de 1983, praticamente com comboios partindo toda semana, levando 2.000 famílias. O jornal “Folha de Londrina, em agosto de 1983, publicou a matéria “Sem-terra vão para a Amazônia”. A reportagem retratou os anseios das famílias e o cenário no Paraná nas décadas de 1970 e 1980. O jornal publicou uma série de artigos que tratava dos conflitos de terra, da reforma agrária e da colonização

dirigida por parte do governo federal em articulação com o governo do estado. O resultado foi a migração de várias famílias agricultoras sem-terra para o Norte e o Centro-Oeste do país (Schenirder 2009).

Seu Leonardo, nosso primeiro interlocutor em Apuí, relembra sua trajetória entrelaçada às estratégias estatais de ocupação do assentamento. Morador da zona rural, foi indicado pelas pessoas da cidade pelo fato de ser “um dos primeiros” a chegar por meio dos ônibus.

“Naquela época, tipo, naquele ano, foi as enchentes que deu em Francisco Beltrão, enchente do rio Marrecas. E a gente veio procurar terra assim, porque lá, é difícil pra gente. Daí a gente veio pelo INCRA, né? Na época foram 12 dias de viagem (...). Veio muita gente. Na época que eu vim, vieram sete ônibus. A cada 15 dias vinham sete, oito ônibus (...). A vinda foi sofrida, porque era aquele bolo de gente. Uma semana todinha dentro do ônibus. Ele parava pra limpeza, manutenção do ônibus. Aquela vez saiu dia... Só sei que foi uma semana certinho, nós saímos numa sexta e chegamos na outra sexta. Hoje não vai todo esse tempo pra chegar aqui. Mas deu tudo certo, a gente veio”.

Deixar o Paraná e migrar para o Amazonas não era uma tarefa simples. Entender as razões das famílias para saírem do Paraná tinha um propósito com o próprio trabalho: a terra. Na Amazônia, a terra poderia ser estendida também aos filhos, a lógica interna da reprodução do campesinato (Woortmann 1995). Luiz, trabalhador rural em Apuí, viajou nos ônibus e relembrou sua trajetória, afirmando que os filhos foram as razões dos pais terem decidido sair de Francisco Beltrão.

“Porque nós éramos em 13, era sete homens e o resto mulher. E o pai queria que cada um de nós pegasse um sítio. Ele pensou em nós. E vir pra cá... Era muita terra. (...) ficou sabendo daquele projeto do INCRA, que ia trazer o pessoal para Apuí de Francisco Beltrão. Sete, oito ônibus, cada equipe era um monte de gente. Quando enchia um ônibus, o Incra trazia para o Amazonas para o pessoal trabalhar, para movimentar Apuí. Naquele tempo não era Apuí, era a Juma”.

Pedro, também paranaense, reforçou sobre as decisões familiares no processo de migração.

“A gente morava em Pranchita, mas a gente não tinha terra lá. A gente trabalhava na terra de outros e aí então, como sempre foi essa a atividade da roça, então a ideia era procurar um lugar que tivesse terra para a gente trabalhar (...). Meu pai tinha um pedaço de 3.000 metros na beira da estrada e tinha uma bodega. A gente tava ali, mas teve essa oportunidade. A gente veio embora”.

As explicações dos interlocutores se aproximam do que Woortmann (1995) chamou de fatores macroestruturais da emigração. No caso da pesquisa, percebe-se que as explicações dos entrevistados são individualizadas. A ideia de “muita terra” estava relacionada com a viabilidade de repartir entre os filhos e permanência no campo. A Amazônia era possível pois “o processo migratório corresponde à desagregação de um sistema camponês, por efeito de paradoxos internos a ele: muitos filhos garantem a força de trabalho na produção, mas implicam herdeiros demais que inviabilizarão a reprodução do campesinato no tempo” (Woortmann 1995: 116).

Cabe destacar que muitas famílias voltaram aos seus locais de origem. Abriram áreas, encon-

traram dificuldades de permanência na localidade e repassaram seus lotes. Contudo, a configuração espacial estava ancorada na valorização e no uso produtivo da terra em detrimento da manutenção da floresta. E o Estado, como uma “instituição que tem o poder extraordinário de produzir um mundo social ordenado sem necessariamente dar ordens” (Bourdieu 2014: 228), constituía a base para uma nova realidade social.

Após a ocupação das primeiras famílias do PAD, em um fluxo de chegadas e saídas, o projeto de assentamento dirigido se tornou um projeto de assentamento, a partir do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985. Anos depois, em 1987, as pessoas que ali estavam, tendo em face as distâncias e a grande falta de assistência no âmbito estatal, impulsionaram a emancipação do município de Apuí, região desmembrada do município de Novo Aripuanã.

Apesar de não ser uma migração expressiva, houve um movimento migratório de famílias que saíram do Piauí e chegaram ao projeto na década de 1980. Seu Pedro, um interlocutor da pesquisa, narrou parte de sua história com o intuito de que ela fosse registrada. Porém, o nosso encontro foi por meio de outros motivos, como a de uma pessoa ameaçada. Ele nos contou que as condições de vida no Piauí não eram as desejadas, a agricultura tradicional e a seca não permitiam a sobrevivência da família e assim decidiram buscar outras terras próximas à cidade de Araguaína, que, na época, pertencia ao estado de Goiás.

Seu Pedro e família conseguiram se estabelecer na beira do rio Araguaia por volta de 1963,

onde encontraram terras produtivas e, com isso, a mãe passou a buscar familiares no Piauí para residirem nessas terras. Ela buscava aqueles que estavam mais carentes e todo ano ela voltava para o Piauí para buscar mais famílias. Com isso, o grupo foi crescendo, chegando a ter 152 famílias, e ganhou o nome de comunidade Padre Cícero, em homenagem aos romeiros e por aqueles que saíam de suas terras em busca de melhores condições de vida.

Ao longo dos anos, dificuldades foram aparecendo a partir dos conflitos com grileiros na cidade de Araguaína. Em 1984, com o apoio de um padre, Pedro e mais 42 famílias migraram para o PARJ, a bordo de um navio, constituindo novamente a comunidade Padre Cícero. A trajetória é semelhante a do grupo de camponeses que saiu do Nordeste e migrou para a Amazônia, em um movimento chamado de bandeiras verdes. Em uma tríade de campesinato, fronteira e religiosidade, todos sustentam a narrativa da busca pela terra, conduzida por uma liderança orientada pela devoção ao Padre Cícero.

As histórias sobre *Bandeiras Verdes* fazem parte do imaginário popular, são fragmentadas e esparsas e se encontram espalhadas no interior do Piauí, Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Pará. A profecia atribuída ao Padre Cícero foi o alento de muitas famílias que migraram para a região nas décadas de 1950, 1960, elemento reforçador da esperança, atribuidor de sentido ao deslocamento (Vieira 2012: 68).

As bandeiras verdes eram as matas, a floresta, Vieira (2001) explica como as comunidades

organizavam-se enquanto movimentos sociais, influenciadas pelas Bandeiras Verdes, profecias atribuídas a Padre Cícero, de Juazeiro do Norte. Por mais de 20 anos, essas comunidades deslocaram-se para a Amazônia oriental em busca da terra prometida (Vieira 2001).

A liderança do senhor Pedro também se reproduziu em Apuí, principalmente, na resistência de sua comunidade e na defesa de suas terras. Depois de 30 anos, seu nome entrou para a lista da CPT de pessoas ameaçadas. Com o seu papel de liderança, criou o Conselho do Ribeirinho em 2007, porque “sempre aparecia grileiro em sua área. Mas, segundo ele, “minha arma, toda a vida, foi o povo. A minha arma era o povo, eu não andava sozinho, sempre arrumava um amigo, um companheiro”. Com isso, sempre buscou defender os povos ribeirinhos que são vítimas de grilagem, uma constância em Apuí.

Mas não era apenas Pedro que tinha seu nome na lista de pessoas ameaçadas da CPT. José era conhecido como “dedo-duro” e não se intimidava em denunciar os pecuaristas que invadiam Unidades de Conservação (UC) ou que utilizavam agrotóxicos em excesso. Circula pela cidade indo ao Incra, à Secretaria de Meio Ambiente, à Polícia Civil relatando o que avista na zona rural. É perseguido e seu nome entrou na lista em 2011. Com isso, recebe visita periódicas da Polícia Federal e é protegido pela Força Nacional. Segundo José, “mas a gente tem que se apegar com os santos, não uso armas, eu carrego a imagem de Nossa Senhora de Fátima que é a defesa”.

Desde os anos 2000 que a região vem sendo alvo de conflitos, resultando, a partir de mobilizações sociais, na demarcação do Mosaico Apuí, que compõe nove Unidades de Conservação e tem como objetivo barrar a grilagem e o desmatamento causados pela pecuária (Amazonas 2010). Há vários fatores para essa ação, mas apenas 20% do PARJ estavam regularizados, o que permitiu a ocupação de áreas de forma irregular. No entanto, a demarcação vem sendo ameaçada.

A comercialização das terras por meio da benfeitoria realizada mediante contrato de compra e venda, somada à ausência de fiscalização, possibilitou a incorporação de lotes por parte de produtores, especialmente criadores de gado. Essa situação implica a multiplicação de posses irregulares, facilitando a grilagem de terras, que acontece de diversas modalidades: a revenda de títulos de terras públicas a terceiros; a falsificação e a demarcação de terra comprada por alguém em uma extensão maior; a revenda de terra pública a terceiros a partir do processo de limpeza da área, transformando em pastagens, entre outros (Loureiro & Pinto 2005).

Loureiro (2005) aponta que esse processo de expansão da fronteira para o Norte de Rondônia e Sul do estado do Amazonas é consolidado na década de 1990, com a chamada fronteira de *commodities*, quando as políticas neoliberais passaram a dar destaque à pecuária na pauta de exportações. Nesse sentido, a Amazônia passou a ter um papel fundamental pela disponibilidade de terras para avanço da fronteira agropecuária, com vistas a aumentar os saldos na balança comercial.

No livro “Desmatamentos, grilagens e conflitos agrários no Amazonas”, José Barbosa de Carvalho destacou que na região de Apuí, com a morosidade da titulação no projeto de assentamento, alguns problemas começaram a se agravar com a chegada de grileiros do Sul do Pará via BR-230, além de maquinários e equipamentos, como GPS, motosserras, tratores, caminhões. Dessa forma, intensificou-se ainda mais o desmatamento com a exploração florestal e mineral, como o calcário abundante na região.

Em 2005, mais de 1.000 pecuaristas receberam uma notificação do Incra para desocupar lotes no interior do PARJ, pois estavam ocupando áreas irregularmente, ou seja, o perfil não era de assentado devido ao tamanho de suas áreas. Isso significa que uma pessoa possuía uma área correspondente a mais de 1.000 hectares, sendo que vários deles possuíam áreas superiores a 500 hectares. O Incra havia estipulado um prazo de 30 dias para se retirarem das áreas (Pereira 2017).

Entre 2006 e 2018, Apuí recebeu mais de 500 notificações do Ibama, distribuídas para mais de 300 produtores, o que resultou em quase 100.000 hectares de áreas embargadas, com irregularidades ambientais e desmatamento. Além disso, alguns produtores foram autuados porque avançaram em Unidades de Conservação, como a Resex Guariba e a Floresta Nacional Jatuarana. A queimada é uma prática humana diante da floresta úmida, principalmente para a formação de pasto. Essas ações revelam como as dinâmicas territoriais vêm sendo aceleradas nos últimos anos, trazendo impactos para os povos da floresta.

Para confrontar as irregularidades, foi criado o Sindisul, o Sindicato Rural do Sul do Amazonas, ligado à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA). Sua primeira ação foi buscar conversar com os produtores e sensibilizar sobre a questão da forma como o Assentamento Rio Juma foi criado. No entanto, esse sindicato havia se posicionado arbitrariamente para a descaracterização do assentamento, com argumentos referentes à dificuldade de regularização, reforçando a necessidade de segurança jurídica aos produtores e legalização das terras. Diante desse cenário endossado pelo Estado, as tentativas de mobilizações contrárias eram dissipadas.

A agenda de ação dos agentes do agronegócio, representada pela Frente Parlamentar da Agropecuária, colocou em pauta a transferência para o mercado de terras de áreas como Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Terras Quilombolas, ou seja, os grupos mais vulneráveis do mundo rural amazônico (Bruno 2017). A Lei 11.952/2009 – que criou o Programa Terra Legal – e o Novo Código Florestal de 2012 são algumas das várias mudanças jurídicas que impactam na Amazônia Legal, configurando as agroestratégias (Almeida 2011). Essas proposições avançam no Amazonas porque mais da metade são áreas protegidas, como Terras Indígenas, Unidades de Conservação e áreas não destinadas, possibilitando um terreno fértil para a ação de grileiros que defendem a bandeira da propriedade privada e o desmatamento (Almeida et al. 2021).

Em 2017, o Congresso Nacional aprovou modificações legislativas significativas, resultando

na Lei n. 13.465/17 que possibilitou a emancipação de projetos de assentamento e colonização sem cumprir com todas as etapas anteriores cabíveis. De acordo com a lei, assim como as demais, “institui mecanismo para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União”. A pedido do Incra, a Portaria n. 2.199, de 30 de dezembro de 2021, definiu o Projeto de Assentamento Rio Juma como projeto de assentamento com características de colonização. Essas proposições legislativas permitem que áreas consideradas remanescentes de projetos de assentamento sejam passíveis de regularização.

Se o mercado de terras já estava aquecido por meio da compra e venda de “benfeitorias”, essa nova medida sobre a regularização fundiária vai reforçar a prática do Estado brasileiro desde 1850 com a Lei de Terras, ou seja, regularizar o ilegal. Essas irregularidades acumuladas ao longo dos anos no PARJ cumpre a narrativa de um pecuarista de Apuí: “eu não me preocupo em não ter título agora, uma hora, isso tudo aqui vai regularizar”. Era questão de tempo. Na próxima sessão, será possível compreender as estratégias estatais em curso no Sul do Amazonas, que implicam acentuar ainda mais essas práticas irregulares observadas na região.

4. A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA EM CURSO NO SUL DO AMAZONAS: ALGUNS APONTAMENTOS

Nas seções anteriores, descrevemos os processos migratórios divergentes nas localidades

de Lábrea e Apuí, porém, a expansão da fronteira agropecuária sinaliza para um empecilho em comum nas duas localidades: a questão da regularização fundiária. Nesta seção, pretendemos destacar algumas estratégias estatais em curso no Sul do Amazonas, principalmente relacionadas às frentes de expansão.

A dinâmica territorial consolidada em fazendas no Sul do Amazonas seguiu e segue com a anuência jurídica estatal. As mudanças no Código Florestal em 2012 (Almeida 2011), o fim da Moratória da Soja em 2016 (Gibbs et al. 2015) e a redução de terras públicas no Sul do Amazonas (Pereira 2017) contribuíram para a aceleração da transformação da floresta em áreas de pastagens, exploração da madeira e grãos.

As articulações entre os agentes do agronegócio vêm impulsionando essa dinâmica. Em 2019, pecuaristas dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia buscaram delimitar um território para o desenvolvimento da agropecuária, semelhante ao Matopiba, que se chamou Amacro. Nesse mesmo ano, uma comitiva foi formada para a realização de uma reunião na Embrapa Territorial, em Campinas, para tratar da delimitação. Representantes dos governos estaduais e das federações agropecuárias estiveram presentes (Embrapa 2019) e o recorte espacial abrangia o Leste do Acre, Noroeste de Rondônia e Sul do Amazonas, envolvendo 32 municípios, dentre eles, Apuí e Lábrea.

Em abril de 2021, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA, organizou uma publicação preliminar com o título “A Ponte do

Abunã e a integração da Amacro ao Pacífico”. A explicação documental indica que a “região nasce com o potencial de integrar-se com os países sul-americanos e com os dinâmicos mercados asiáticos, por meio de rotas bioceânicas e portos do pacífico” (Barros et al. 2021:3). O documento deixa claro os esforços do governo federal em transformar a região mais competitiva, reproduzindo os interesses dos projetos desenvolvimentistas, com obras de infraestrutura.

Em abril de 2021, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA, organizou uma publicação preliminar com o título “A ponte do Abunã e a integração da Amacro ao Pacífico”. A explicação documental indica que a “região nasce com o potencial de integrar-se com os países sul-americanos e com os dinâmicos mercados asiáticos, por meio de rotas bioceânicas e portos do pacífico” (Barros et al. 2021:3). O documento deixa claro os esforços do governo federal em transformar a região mais competitiva, reproduzindo os interesses dos projetos desenvolvimentistas com obras de infraestrutura.

Em maio de 2021 foi inaugurada a ponte Abunã, localizada, segundo o Ipea, “no epicentro da Amacro” (Barros et al. 2021:3) sobre o rio Madeira, para ligar por via rodoviária os estados do Acre e Rondônia. No entanto, ao final de 2021, o nome desse mesmo projeto foi alterado para Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira, com apoio da Sudam e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), responsáveis pelo planejamento estratégico da ação.

No estado do Amazonas, a zona territorial

foi fomentada pela Federação da Agricultura e Pecuária (FAEA), a entidade de representação do patronato rural no Amazonas e que apoiou a descaracterização do Projeto de Assentamento Rio Juma. A presidência é membro da atual gestão da CNA, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, que defende as reivindicações do setor agropecuário nas diversas representações políticas e sociais nas 27 unidades da federação do Brasil. A entidade patronal também reuniu esforços para a inauguração do polo em Manaus de uma faculdade EaD, uma educação superior voltada para o setor agropecuário, produzindo narrativas e formando mão de obra para atuar no campo regional.

O interesse econômico vem cercando as fronteiras do Estado com suas pretensões agrícolas, visando a possível potencialidade dos campos naturais do Sul amazonense para um novo polo produtivo, com articulações de pecuaristas e produtores rurais para alcançar esse objetivo. As ações dessas pessoas remontam a uma estrutura organizada para expandir a produção de *commodities*, por exemplo, a carne bovina, grãos, madeira e integrar o estado ao mercado global (Flexor & Leite 2017).

O governo do estado do Amazonas também tem sinalizado para o incentivo da configuração agrícola para a região. O lançamento do Plano Safra 2021/2022⁶ contou com um investimento inicial de R\$ 1 bilhão para desenvolver o setor primário na região Sul. O projeto tem como ob-

jetivo ampliar o incentivo ao escoamento da produção com a recuperação de ramais e vicinais e a entrega de caminhões para os produtores nos municípios. O Sul do Amazonas, nos últimos anos, vem passando por modificações territoriais e ambientais, possuindo Unidades de Conservação para conter o avanço do desmatamento, mas que, em pautas políticas, tentam diminuir na tentativa de incorporar terras ao mercado do agronegócio (Bruno 2017).

O município de Humaitá, por exemplo, é alvo dos planejamentos econômicos públicos e privados, com a construção do anel viário e o estabelecimento do primeiro porto privado, objetivando o cultivo da soja. A região se qualifica como uma nova porta de entrada para soja no estado do Amazonas, com a presença de empresas, como Amaggi e Masutti, que se utilizam da Hidrovia do Madeira para escoar suas produções. Há uma corrente direta de diálogo com os produtores rurais do Amazonas e a governança estatal e federal dando suporte a essa nova fronteira agrícola.

Os argumentos para a criação desta zona de desenvolvimento sustentável possuem divergências enquanto seus objetivos e prioridades. O objetivo do projeto ressalta o equilíbrio ambiental produtivo, mas demanda uma parte técnica e especializada para promover práticas consideradas sustentáveis. Os dados sobre o desmatamento na região e a fragilidade dos órgãos de proteção e fiscalização, como ICMBio e Ibama, não condizem com sustentabilidade. Em 2020, o

⁶ Governador Wilson Lima lança Plano Safra 2021/2022, com R\$ 1 bilhão para o desenvolvimento do setor primário - SEPROR.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) registrou a maior notificação de queimadas no Amazonas em 20 anos, mesmo com a presença do Exército, responsável pelo plano de combate ao desmatamento, em plena pandemia do coronavírus. Segundo dados do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), a devastação se concentrou no Sul do estado, destacando os municípios de Lábrea, Apuí, Boca do Acre e Novo Aripuanã. Esses municípios somaram 143 km² de floresta destruída em junho de 2021. Além disso, metade dos 10 assentamentos com as maiores áreas devastadas ficam nesta região, liderando a lista o Projeto de Assentamento Rio Juma. Essa perda florestal indica o impacto para os diversos povos que dependem da sua preservação para subsistência.

Alguns programas jornalísticos retrataram os incêndios no Sul do Amazonas em 2022⁷. Em agosto, o município de Lábrea apresentou o maior número de focos de calor em toda a Amazônia Legal e Apuí concentrou o maior número de queimadas. O Relatório Anual de Desmatamento do MapBiomas vem denominando a região como Amacro e constatou 6.858 alertas e 203.143 ha desmatados em 2021, ou seja, 12,2% da área desmatada no Brasil e aproximadamente 20,8% do que foi perdido na Amazônia. Houve uma escalada de 28,8% de desmatamento nessa região em 2021 em comparação a 2020 (MapBiomas 2022). Vale destacar que o fogo na Amazônia é provocado pela ação humana, por se tratar

de uma tipologia florestal sempre úmida, com o intuito de abrir novas pastagens (Alencar 2020).

Os agentes estatais e privados pautam suas estratégias de acordo com as pautas ruralistas. São responsáveis pela delimitação de um território e estimulam a expansão da fronteira agropecuária de forma arbitrária. Trata-se de um ordenamento territorial que visa inserir o estado do Amazonas no conjunto de ações que atendem aos interesses dos agentes do agronegócio que são colocados em pauta pela Frente Parlamentar da Agropecuária. Diante do cenário atual, novas perspectivas de preservação florestal e defesa dos povos da floresta estão cada vez mais distantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sul do Amazonas passou por transformações intensas no século XX, seja com as ações que resultaram no chamado Ciclo da Borracha, ou pelos projetos desenvolvimentistas realizados pelos governos militares. Tais políticas incidiram diretamente na realidade de muitas pessoas: os povos da Amazônia, as famílias que migraram do Sul e Nordeste do país na expectativa de melhores condições de trabalho. Com suas trajetórias, foi possível acessar o modo de ocupação desses territórios para além das comunidades já existentes. No entanto, como resultado, percebemos o desmatamento e situações de conflito por terra e território na área rural do estado do Amazonas. Com isso, foi possível identificar a diversidade

⁷ Grileiros aproveitam tempo seco para abrir novas áreas na floresta já desmatada no sul do Amazonas | Jornal Nacional | G1 (globo.com).

de processos de ocupação da região, transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas.

Os municípios de Lábrea e Apuí, situados às margens da Transamazônica, apresentam dinâmicas diferentes em seus contextos histórico-sociais, mas atualmente seguem o mesmo curso: o aumento do número de fazendas voltadas para a pecuária, extração de madeira e produção de grãos, o que provoca conflitos. Esse cenário já é pautado pelo Amazonas, quando desenvolve planos e estratégias para o Sul do estado com políticas para o setor primário. As políticas em curso, que englobam o conjunto de práticas da atual gestão do governo brasileiro, têm provocado uma sinergia contrária às demandas intrínsecas da Amazônia e de suas necessidades.

A relevância em dar destaque a essas ações se motivam em razão do estado do Amazonas sustentar a maior complexidade socioambiental entre os estados da Amazônia Legal. A preservação de sua fauna, flora, comunidades tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, povos indígenas, quilombolas é resultado de políticas ambientais anteriores e pela sua localização geográfica. São necessárias políticas estaduais econômicas, sociais e fundiárias voltadas para a preservação ambiental e para os povos que residem na região. A dinâmica territorial no Sul do Amazonas demanda intenso acompanhamento e mais estudos empíricos, sobretudo, quando desrespeitam os modos próprios de vida dos pequenos agricultores, povos indígenas e tradicionais que atuam como os guardiões da floresta.

6. REFERÊNCIAS

Almeida, Alfredo Wagner Berno de Almeida. 2011. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica, in *Terras e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas*. Organizado por Sauer, Sérgio, Almeida, Wellington. Brasília: Unb.

Alencar, Ane et al. 2020. Amazônia em chamas: o fogo e o desmatamento em 2019 e o que vem em 2020. *Nota Técnica 3 - IPAM Amazônia*.

Almeida, Jeferson et al. 2021. *Leis e práticas de regularização fundiária no estado do Amazonas*. Belém: Imazon.

Amazonas. 2010. *Plano de Gestão do Mosaico de Unidades de Conservação do Apuí*. Apuí: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Barros, Pedro Silva et al. 2021. *A Ponte do Abunã e a integração da Amacro ao Pacífico*. 210507_nt_preliminar_a_ponte_do_abuna_e_integracao_da_amacro_ao_pacifico.pdf

Bourdieu, Pierre. 1996. A ilusão biográfica, in *Usos e Abusos da História Oral*. Organizado por Ferreira, Marieta Moraes, Amado, Janaína. São Paulo: FGV Editora.

Bourdieu, Pierre. 2010. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bourdieu, Pierre. 2014. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989/92)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Bruno, Regina. 2017. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo, in *Questões agrárias, agrícolas e rurais: Conjunturas e Políticas Públicas*. Organizado por Maluf, Renato, Flexor, Georges. Rio de Janeiro: E-Papers.

Carvalho, José Barbosa. 2010. *Desmatamentos, grilagens e conflitos agrários no Amazonas*. Manaus: Editora Valer.

Carvalho, Sérgio. 2001. *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na região amazônica*. Brasília.

Chaves, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. 2011. *De “cativo” a “liberto”: o processo de constituição sócio-histórica do seringueiro no Amazonas*. Manaus: Editora Valer.

Campuzano, Joaquín Molano. 1979. As multinacionais na Amazônia, in *Encontros com a Civilização Brasileira* 11. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Clifford, James. 1998. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Comissão Pastoral da Terra. 2021. *Conflitos no campo: Brasil 2020*. Goiânia: CPT Nacional.

Costa, Willas Dias da. 2017. Os padrões do Purus: elites fundiárias, poder e novas dinâmicas territoriais no sul do Amazonas. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Manaus.

Embrapa. 2019. Governadores solicitam apoio para definir Amacro. *Notícias*. <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/45583005/governadores-solicitam-apoio-para-definir-amacro>

Flexor, Georges, Leite, Sergio. 2017. Mercado de terra, commodities boom e land grabbing no Brasil,

in *Questões agrárias, agrícolas e rurais: Conjunturas e Políticas Públicas*. Organizado por Maluf, Renato, Flexor, Georges. Rio de Janeiro: E-Papers.

Flores, Sara M. L. 2010. *Migraciones de trabajo y movilidad territorial*. México: Conacyt e Miguel Ângel Porrúa.

Foucault, Michel. 2008. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes.

Gibbs, H. K. et al. 2015. Brazil's Soy Moratorium. *Science* 347.6220: 377-378. <http://www.sciencemag.org/content/347/6220/377.summary>

Ianni, Octávio. 1979. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes.

Imazon. 2021. *Desmatamento acumulado dos últimos 11 meses cresceu 51% na Amazônia, aponta Imazon*. <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-acumulado-dos-ultimos-11-meses-cresceu-51-na-amazonia-aponta-imazon/>

Kofes, Suely. 2001. *Uma trajetória em narrativas*. Campinas: Mercado de Letras.

Leal, Pedro Fonseca. 2009. *Colonização dirigida nas terras do sem fim: formas contraditórias de gestão estatal e parceiros em descompasso legal*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Niterói.

Lima, Frederico Alexandre de Oliveira. 2014. *Soldados da Borracha: das vivências do passado às lutas contemporâneas*. Manaus: Editora Valer/Fapeam.

Loureiro, Antonio. 2008. *A grande crise*. 2. ed. Manaus: Editora Valer.

Loureiro, Violeta Refkalefsky. 1992. *Amazônia: Estado, homem, natureza*. Belém: Cejup.

Loureiro, Violeta Refkalefsky, Pinto, Jax, e Aragão, Nildo. 2005. A questão fundiária na Amazônia. *Estudos Avançados* 19 (54). <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000200005>

MapBiomas. 2022. *Relatório Anual de Desmatamento*.

Martins, José de Souza. 1975. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira.

Menéndez, Miguel. 1989. Os Kawahiwa: uma contribuição para os estudos dos tupi centrais. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, São Paulo.

Menezes, Marilda A. 2012. Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos, in *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Organizado por Teixeira, Paulo Eduardo, Braga, Antonio M. C., Baeninger, Rosana. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica.

Menezes, Thereza C. C. 2022. Colunas de fogo, cortinas de fumaça e narrativas inflamáveis: multiplicação de incêndios florestais e as novas dinâmicas sociais da expansão da fronteira agropecuária amazônica. *Trabalho Necessário* 20 (41). <https://doi.org/10.22409/tn.v20i41.52255>

Oliveira, Ariovaldo Umbelino. 1988. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papyrus.

Peirano, Mariza. 1995. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Pereira, Cloves Farias. 2017. Estado e Agronegócio: Etnografia de um processo de regularização fundiária e descaracterização de territórios no Sul do Amazonas. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Manaus.

Rolemberg, Igor, Lacerda, Paula. 2022. Violências contemporâneas contra lideranças na Amazônia brasileira. *Anuário Antropológico* 47 (1): 87-106. <https://doi.org/10.4000/aa.9313>.

Schreiner, Davi Félix. 2009. Memórias da luta pela terra: De sem-terra migrantes às ocupações coletivas. *Espaço Plural* 20 (10). http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=2124932&pid=S1413-8271200900010000700023&lng=en

Schmink, Marianne, Wood, Charles H. 2012. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: UFPA.

Teixeira, Carlos Corrêa. 2009. *Servidão humana na selva - o aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia*. Manaus: Editora Valer/Edua.

Velho, Otávio Guilherme. 1972. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar.

Vieira, Maria Antonieta da Costa. 2001. À procura das Bandeiras Verdes: viagem, missão e romaria –

movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental. Tese de doutorado, Universidade de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campinas.

Woortmann, Ellen Fensterseifer. 1995. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed.UNB.